

Governo reduz alíquotas de 40 produtos

Itens da área de saúde, que pagavam 14% em média, agora passam a ter isenção

Givaldo Barbosa/20-1-99

Sheila D'Ámorim

• BRASÍLIA. O Governo reduziu a menos da metade a lista de produtos que terão as tarifas de importação reduzidas. Ontem, foi publicado no Diário Oficial da União um decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso reduzindo a zero a alíquota do Imposto de Importação de 40 itens da área de saúde que são importados. Esses produtos, que antes tinham alíquota média de 14%, passarão a constar da lista de exceção do Mercosul. Para permitir essa isenção, o Governo retirou da relação de exceção do bloco econômico outros 49 itens dos mais variados setores. Inicialmente, o Governo havia pensado em reduzir a taxa de 90 produtos.

Saíram da lista produtos como congelador, aquecedor solar, aspirador de pó, liquidificador, batidoeira, secador de cabelo, secretária eletrônica, rádio toca-fitas de bolso e interfone. No lugar, entram cimento para reconstituição óssea, reagentes de diagnósticos, artigos de laboratório ou farmácia de análise clínica, artigos e aparelhos para fraturas, além de próteses de artérias vasculares, entre outros. São produtos com custo alto para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Governo pensou em mexer nas taxas para conter inflação

Segundo o secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Mário Marconini, a lista foi elaborada em conjunto pelos ministérios da Fazenda, Desenvolvimento e Agricultura. Inicialmente, o Governo pretendia incluir na lista de exceção 90 produtos com alíquotas reduzidas. O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Cláudio Considera, inclusive, chegou a anunciar



O SECRETÁRIO DE Acompanhamento Econômico, Cláudio Considera: os 90 itens iniciais acabaram caindo para 40

que o Governo iria incluir os 90 itens e mexer nas tarifas de outros 90 produtos que sairiam da lista de exceção para dar lugar às novas inclusões.

O objetivo, comisso, era tentar evitar o aumento dos preços que provocariam uma pressão na inflação. Além dos produtos do SUS, a lista incluiria insumos industriais, produtos petroquímicos, fertilizantes e alumínio. Mas, segundo Marconini, o Governo avaliou que a inflação não apresentou o comportamento esperado inicialmente e que os índices já dão sinais de arrefecimento.

Além disso, pesaram na decisão o recuo da taxa de câmbio registrado nos últimos dias e o risco de uma elevação nas importações. Isso poderia ter um impacto negativo num momento em que o Governo se comprometeu em criar um superávit comercial de US\$ 11 bilhões este ano.

— Como o cenário mudou, a inflação está perdendo o fôlego, o Governo achou melhor não incluir outros produtos além dos da área de saúde, que tem prioridade total — disse o secretário.

Desde o início das discussões sobre a composição da lista há di-

vergências entre a equipe do Governo. A Câmara de Comércio Exterior sempre foi contra a proposta de controlar os índices de inflação com redução de importações. Isso, na avaliação da Camex, poderia ter um efeito negativo junto aos investidores estrangeiros, já que seria uma mudança de regras. O ministro do Desenvolvimento, Celso Lafer, por sua vez, não queria a diminuição das tarifas de produtos acabados sem que fossem reduzidas também as alíquotas dos insumos que fazem parte da cadeia produtiva. ■